

TST bloqueia verbas do Tesouro paulista

Governo terá de depositar R\$ 60 milhões no Banco do Brasil para pagar ações trabalhistas

FAUSTO MACEDO

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou o seqüestro de parte das verbas do Tesouro de São Paulo para pagamento de dívidas referentes a ações trabalhistas movidas por funcionários públicos contra o Estado. Cerca de R\$ 60 milhões terão de ser depositados imediatamente pela Fazenda estadual em contas abertas no Banco do Brasil. O dinheiro será resgatado por um grupo de mil credores.

Esse dinheiro corresponde apenas ao valor principal de 40 ordens de seqüestro e não inclui a atualização e a correção monetária referentes ao período em que as ações tramitaram na Justiça do Trabalho. O TST decidiu que esse cálculo será feito pelos juízes de primeira instância. A Procuradoria-Geral do Estado, órgão que defende o governo, não se manifestou sobre a derrota no TST.

A dívida trabalhista global do governo Mário Covas (PSDB) na Justiça atinge R\$ 1 bilhão. Cerca de 200 mil funcionários aposentados e da ativa estão na fila de espera para receber o dinheiro. Eles ganharam ações que lhes asseguram vantagens salariais, promoções e outros benefícios. A maior parte das ações trabalhistas contra o Estado foi movida por funcionários de autarquias — Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento de Águas e Energia Elétrica e Instituto de Previdência — e das universidades.

Derrota — As primeiras ordens de bloqueio de rendas da Fazenda paulista foram emitidas em setembro de 1995 pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Rubens Tavares Aidar. A Procuradoria do Estado conseguiu evitar o seqüestro por meio de liminares obtidas em recursos contra a decisão de Aidar, mas os funcionários conseguiram derrotar o governo no TST. Na sexta-feira, o *Diário Oficial* da União publicou acórdão da sentença do TST que cassou todas as liminares obtidas pelo Estado.

A decisão do TST provocou um abalo na estratégia do governador Mário Covas (PSDB), que passou as últimas semanas empenhado em tentar neutralizar os 250 pedidos de intervenção federal no Estado que estão sendo examinados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os pedidos de intervenção foram apresentados por credores do Estado. As dívidas judiciais de São Paulo somam R\$ 5,5 bilhões.

O bloqueio de rendas determinado pelo TST colocou a Fazenda numa situação "constrangedora e humilhante", na avaliação de assessores de Covas. Para eles, o governo ficou preocupado com os pedidos de intervenção e "abriu a guarda em outra área". O governo Covas ainda pode tentar impedir a liberação do dinheiro com um recurso ao STF, se encontrar alguma pendência sobre a constitucionalidade da apreensão decretada pelo ministro do Trabalho.

As dívidas que motivaram os pedidos de intervenção que estão sob o exame do Supremo envolvem uma briga jurídica entre o governo estadual e o Tribunal de Justiça do Estado, que mandou o Estado pagar em 90 dias a correção e atualização dos débitos. O prazo foi dado pelo TJ em julho de 1991 e durante

três anos seguidos a administração Luiz Antonio Fleury Filho acatou a decisão sem oferecer qualquer tipo de resistência ou contestação.

Em julho de 1994, com o caixa vazio e os empreiteiros batendo à

porta do Palácio dos Bandeirantes, o governo Covas resolveu suspender o pagamento das dívidas e moveu no Supremo uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o prazo determinado pelo TJ. Essa ação deve ser julgada nos próximos dias e é a última esperança de Covas para se livrar da ameaça de intervenção.

HÁ 200 MIL
SERVIDORES
NA FILA PARA
RECEBER